

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: Alquéres defende forma alternativa de desestatização da Eletrobras](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras diz ter ganho com petróleo a partir de US\$ 30.....	2
Título: Eletrobras: governo manterá poder de veto	3
Título: Acertando os ponteiros	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Temer quer renovar contratos de usinas	7
Título: Notas	8
Título: Empresa vai abrir PDV para desligar 2,4 mil funcionários	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: É possível unir por uma causa quem pensa diferente, diz Paula Lavigne.....	9
Título: Reunião da ANP sobre conteúdo local ocorrerá sob ameaça de judicialização	12

Título: Prefeitura faz contrato emergencial de iluminação para driblar PPP travada	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Eletrobras vai abrir PDV	15
Título: Gasolina cai a até R\$ 3,599 na cidade.....	16
Título: Petrobras reduz endividamento	18
VEÍCULO: Valor Econômico	19
Título: Planejamento vai liberar cerca de R\$ 10 bi a ministérios.....	19
Título: Alquéres defende forma alternativa de desestatização da Eletrobras	19
Título: Destaques	21
Título: Distribuidoras privatizadas vão exigir aportes.....	22
Título: Petrobras reduz endividamento com prazo até 2021	23
Título: Statoil mira novas oportunidades de negócios e avança com Peregrino	25
Título: Curtas	26
Título: Reação das vendas de etanol fica para outubro.....	26
Título: Bolsa tem leve alta com mercado atento à cena política	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Petrobras diz ter ganho com petróleo a partir de US\$ 30

Presidente da estatal se reúne com investidores em NY e destaca mudança no perfil da dívida.

Em apresentação a analistas e investidores durante o "Petrobras Day" em Nova York, o presidente da estatal, Pedro Parente, destacou ontem que a produção da companhia é economicamente viável com preços a partir de US\$ 30 o barril. Em 2014, o breakeven (ponto de equilíbrio) era de US\$ 43 o barril. A apresentação cita que o novo patamar ocorre num momento de maior

seletividade da companhia ao buscar novas oportunidades de exploração e mudança no ambiente regulatório, com menor exigência de conteúdo local e renovação do Repetro, regime especial de tributação. Acima dos US\$ 31 o barril, nossa carteira atual de projetos tem resultados positivos. Nosso fluxo de caixa hoje com o petróleo a US\$ 50 é maior do que em 2014 quando estava a US\$ 100. Isso mostra o equilíbrio e que a companhia está aumentando a eficiência e reduzindo custos — disse Parente por telefone ao GLOBO após o evento.

No mesmo dia, a companhia informou em comunicado ao mercado que fechou operações de pré-pagamento, renegociação e contratações de financiamentos no valor de US\$ 6,3 bilhões. Em 2014, a estatal previa pagar US\$ 15,2 bilhões em 2018. Com as mudanças, a previsão agora é de US\$ 6,2 bilhões no próximo ano: A mudança no perfil da dívida é extraordinária. Foi uma coincidência fechar os pré-pagamentos de várias operações, mas contribuiu para dar boa expectativa aos investidores.

A apresentação reuniu cerca de 140 investidores que, segundo Parente, mostraram interesse em aspectos técnicos das atividades exploratórias da companhia. Segundo Parente, houve redução de custos na exploração de petróleo no pré-sal, que está num patamar atual de US\$ 7 por barril.

A estatal pagou antecipadamente US\$ 2,666 bilhões em dívidas com vencimentos em 2018 e 2019 aos bancos BNP Paribas, Bank of China e HSBC. Foram renegociados financiamentos com o Mizuho, de US\$ 570 milhões, que venciam em 2018 e 2019. A companhia fez ainda o pré-pagamento de US\$ 1,5 bilhão ao Bank of America. Além disso, quitou R\$ 1,4 bilhão com o BNDES.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Eletrobras: governo manterá poder de veto

Mesmo após privatização, venda de subsidiárias precisará do aval da União.

Prometida desde o anúncio da privatização da Eletrobras, a golden share que a União manterá na estatal deve prever que a empresa não poderá se desfazer de suas subsidiárias sem aval do governo. Independentemente do percentual acionário com o qual o governo federal ficará após o processo de desestatização, essa ação de classe especial garantirá poder de veto em questões estratégicas.

Apesar de ainda não ter batido o martelo sobre o modelo da operação, está claro para o governo que será preciso impedir a venda de empresas como

Furnas, Chesf e Eletronorte após a privatização da holding. A intenção é diminuir as reclamações de políticos contrários à ideia. Além disso, a golden share deve proibir que apenas um acionista assuma o controle da Eletrobras, tirando o caráter de corporação pretendido pelo governo.

Outro ponto a ser definido é como será gerida a parte brasileira de Itaipu. Com gestão compartilhada com o Paraguai, a hidrelétrica não entrará no processo. A avaliação é que não será preciso alterar o tratado de Itaipu e, por isso, não será necessário negociar a cisão com os paraguaios.

A ideia com mais força até agora é criar uma entidade vinculada ao Ministério de Minas e Energia responsável pela gestão de Itaipu, hoje sob o comando da Eletrobras. Seria preciso, ainda, compensar a estatal pelos investimentos feitos na usina e que ainda não foram amortizados — o valor não está calculado. Outra alternativa, mais remota, seria contratar a própria Eletrobras para prestar serviços ao governo na usina após a venda.

Pelas regras da privatização em discussão, a União oferecerá usinas que poderão ser "compradas" pela Eletrobras. Sem recursos, a empresa precisaria recorrer a um aumento de capital, em que novas ações não serão subscritas pelo governo, diluindo sua participação. Os principais ativos são 14 usinas que operam no regime de "cotas"! Esse modelo remunera a energia gerada a preços fixos. As hidrelétricas devem sair desse formato e passar a praticar preços de mercado.

Nas últimas reuniões sobre o assunto, surgiu a possibilidade de incluir a usina de Tucuruí (Pará) nesse pacote. Pertencente à Eletronorte, o contrato dessa hidrelétrica vence em 2024. A ideia é antecipar a renovação da concessão em troca de uma outorga.

O potencial de arrecadação com a operação de Tucuruí é elevado, mas ainda não houve definição. A usina tem capacidade de gerar, sozinha, 8,370 gigawatts (GW) de energia. Apenas para comparação, juntas, as 14 usinas "cotizadas" da Eletrobras têm 14 GW de capacidade instalada.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cesar Baima

Título: Acertando os ponteiros

Entenda a pesquisa que ganhou o Nobel de Medicina de 2017

Estudos sobre o funcionamento do relógio biológico interno renderam prêmio a americanos

Quem já fez um voo intercontinental conhece o desconforto trazido por uma grande mudança de fuso horário. Mais do que o cansaço da viagem em si, o problema, conhecido pela expressão inglesa jet lag (algo como “atraso de jato”, numa tradução livre), é provocado por um descompasso entre nosso relógio biológico interno, ajustado a um ciclo de 24 horas no ponto de origem, e o horário local do destino, com seus próprios períodos de dia e noite e outros estímulos externos que evidenciam essa desarmonia com o também chamado ritmo circadiano. E embora a existência deste relógio biológico interno, ou endógeno, fosse conhecida há centenas de anos, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que os cientistas começaram a desvendar seus mecanismos moleculares, em pesquisas que renderam aos americanos Jeffrey C. Hall, Michael Rosbash e Michael W. Young o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina de 2017, anunciado nesta segunda-feira.

Praticamente todos organismos em nosso planeta, dos mais simples seres unicelulares aos mais complexos animais, passando por fungos e plantas, têm algum tipo de relógio biológico interno. Fruto de milhões de anos de evolução da vida aqui, sua função principal não é simplesmente responder a estímulos externos, como a claridade trazida pelo nascer do Sol ou a escuridão que se segue ao seu ocaso, mas se antecipar a estes acontecimentos, preparando o corpo para eles. Assim, não é por acaso que ele funciona em ciclos de 24 horas, justamente o período de rotação da Terra.

A descoberta do relógio biológico endógeno remonta a 1729, quando o astrônomo francês Jean Jacques d’Ortous de Mairan observou que plantas da espécie *Mimosa pudica*, também conhecida como dormideira, abriam e fechavam suas folhas ao nascer e pôr do Sol mesmo se tivessem sido deixadas o dia inteiro em um lugar escuro, provando que a ação era independente de estímulos externos. Mas foi só a partir dos estudos do trio de americanos que começamos a entender como estas plantas “sabiam” a hora de abrir e fechar suas folhas.

Tendo como base pesquisas feitas pelos também americanos Seymour Benzer e seu pupilo Ronald Konopka, que em 1971 anunciaram a identificação do primeiro gene regulador deste relógio biológico interno, ao qual batizaram “period” (“período” em inglês), em moscas-das-frutas, Hall, Rosbash e Young, também trabalhando com estes animais, revelaram que este gene governa a fabricação de uma proteína chamada PER que se acumula nas células durante a noite e se degrada durante o dia, funcionando como a areia que escorre em uma ampulheta.

Mas o período não atua sozinho na regulação do relógio biológico interno. Já nos anos 1990, Young e equipe identificaram outro gene, ao qual batizaram de “timeless” (“sem tempo”, também em inglês), que determina a produção de outra proteína, chamada TIM, que se une à PER para ajudar a controlar tanto seu acúmulo quanto degradação. De lá para cá, outros grupos de cientistas identificaram ainda mais genes que atuam nesta regulação, demonstrando que o relógio biológico endógeno na verdade tem múltiplos “mostradores”, com os diferentes tecidos e órgãos do corpo seguindo seus próprios “horários” de acordo com complexos processos que podem ser influenciados por diversos fatores internos e externos que não apenas a variação natural de dia e noite, mas também dieta, atividade física e outros.

As descobertas em torno da regulação do relógio biológico interno também se mostram cada vez mais importantes diante dos avanços na tecnologia que “quebram” este ciclo natural. Com o advento da iluminação artificial, a “fronteira” entre dia e noite, antes tão marcante, praticamente desapareceu, trazendo consequências não só para a saúde humana como para o meio ambiente. Mais recentemente, a profusão de telas dos aparelhos eletrônicos veio perturbar ainda mais seu funcionamento, com a desregulação do relógio biológico interno já tendo sido associada a maior risco de doenças cardíacas, obesidade, diabetes, câncer e até casos de morte súbita.

- Hoje sabemos que os mesmos genes das moscas existem em nossa espécie, com mecanismos de funcionamento praticamente iguais – conta Mario Pedrazzoli, professor de cronobiologia molecular, comportamental e epidemiológica da USP. - Assim, embora estas descobertas ainda não tenham muita aplicação clínica, elas têm um grande potencial para serem usadas na medicina preventiva, ajudando as pessoas a ajustarem seus relógios internos diante das crescentes disparidades entre o tempo social e o tempo biológico trazidas pelos avanços da tecnologia, num atrito que gera doenças.

Opinião parecida tem Renata Sacramento, endocrinologista do Hospital São Vicente de Paulo, no Rio.

- Nosso corpo é como uma máquina perfeita que, para funcionar, precisa estar em equilíbrio, e é o relógio biológico que vai regular este funcionamento de forma cíclica – diz. - Quando o relógio biológico está descontrolado, no entanto, isso gera diversos problemas de saúde, então, conseguindo entender como ele funciona, podemos ajudar a prevenir diversas doenças acertando seus ponteiros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Temer quer renovar contratos de usinas**

Entre as hidrelétricas da Eletrobrás que teriam o fim dos contratos antecipados estão Tucuruí, Serra da Mesa, Itumbiara e Sobradinho.

Dentro do processo de privatização da Eletrobrás, o governo estuda antecipar o fim dos contratos de todas as usinas da estatal para engordar o caixa do Tesouro. Essa possibilidade iria proporcionar novos contratos para todas as hidrelétricas da companhia, e não apenas para as usinas mais antigas, cujas concessões foram renovadas durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Entre as usinas que poderiam ter direito a novos contratos estão Tucuruí, Serra da Mesa, Itumbiara, Sobradinho e Balbina, entre outros ativos 100% estatais e controlados por subsidiárias da Eletrobrás. Seria uma estratégia diferente da usada para as usinas da Cemig. Nesse caso, a União esperou o fim do contrato das quatro hidrelétricas, além da conclusão das discussões judiciais em torno delas, para leiloá-las para o investidor que oferecesse mais.

Ganha força no governo, porém, a possibilidade de antecipar o fim do contrato das usinas da Eletrobrás para 2018. Em troca da energia dessas hidrelétricas e da possibilidade de comercializá-la livremente, a Eletrobrás teria de fazer um pagamento bilionário ao governo, que seria captado como benefício econômico e, portanto, iria para o caixa do Tesouro.

O assunto está em estudo e não há estimativa sobre valores envolvidos. A maior delas é Tucuruí, que tem 4,140 mil megawatts (MW) de garantia física. Juntas, as 13 usinas mais antigas da Eletrobrás, que somam 8 mil megawatts de garantia física, devem render R\$ 7,7 bilhões para a União - um terço do valor integral, que também será dividido igualmente com Eletrobrás e consumidores, via descontos na conta de luz.

Já as quatro usinas que pertenciam à Cemig - Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande - tinham 1,972 mil MW de garantia e lance mínimo de R\$ 11 bilhões, mas renderam R\$ 12,1 bilhões no leilão. O dinheiro ficou integralmente com a União.

Por envolver antecipação de receitas futuras, a proposta de renovação antecipada dos contratos de concessão das usinas teria de passar pelo crivo do

Tribunal de Contas da União (TCU). Essa alternativa tem encontrado dificuldade de passar pela área técnica do tribunal.

O exemplo mais recente dessa resistência do TCU foi a renovação dos contratos de rodovias, criticados pelos técnicos, principalmente devido à intenção do governo de viabilizá-la por medida provisória. O órgão é contra a renovação da concessão da BR-040, entre Rio e Petrópolis, e defende uma nova licitação, como foi feito com a Ponte Rio-Niterói.

Greve. A Associação dos Empregados da Eletrobrás (AEEL) convocou a categoria para uma paralisação de 24 horas hoje no País inteiro, para marcar o Dia de Luta pela Soberania Nacional. Segundo o diretor da AEEL, Emanuel Mendes, está sendo formada uma frente parlamentar para ajudar na luta contra a privatização, integrada por nomes como Glauber Braga (P-SOL), Lindberg Faria (PT), Celso Panura (PMDB) e Roberto Requião (PMDB). O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve participar do evento, informou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Dayanne Sousa e Luciana Collet

Título: Notas

» **Um passo por vez.** Além de um gestor para o processo de privatização, a Eletrobrás defende a contratação de um assessor financeiro e jurídico. A ideia é ter um "advisor" como, por exemplo, a Rothschild. O processo de contratação não foi iniciado. Depois de definidos os detalhes é que o sindicato de bancos de investimento será selecionado.

» **Conflito.** Normalmente, o gestor dos processos de privatização do País tem sido o BNDES, mas, no caso da Eletrobrás, esse padrão pode não ser seguido. Isso porque o banco é acionista da Eletrobrás, com participação de cerca de 16%. O governo avalia se não haveria um conflito de interesse nesse caso. A alternativa seria outro órgão da administração pública, como, por exemplo, a secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Empresa vai abrir PDV para desligar 2,4 mil funcionários

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, disse ontem que a companhia deve abrir em breve um Programa de Demissão Voluntária (PDV),

com expectativa de adesão de até 2,4 mil funcionários. O programa se segue ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que recebeu a adesão de 2,1 mil pessoas, numa economia estimada em R\$ 900 milhões por ano.

O novo programa tem como base o início da operação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), previsto para janeiro. “Sabemos que temos mais pessoas do que precisaremos com base nos novos processos estabelecidos e ofereceremos isso agora para esses empregados, para que a saída ocorra a partir de janeiro, tal qual a implementação”, disse Ferreira Junior.

Os funcionários que aderiram ao PAI ainda estão em fase de desligamento, com a saída de 15 por dia. O último grupo deve se desligar em 15 de dezembro. Segundo a empresa, 4.607 empregados eram elegíveis ao plano. A adesão foi feita até o dia 31 de julho. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: MARCOS AUGUSTO GONÇALVES ENVIADO ESPECIAL AO RIO

Título: É possível unir por uma causa quem pensa diferente, diz Paula Lavigne

Na terça-feira 26 de setembro, o Diário Oficial da União publicou decreto do presidente Michel Temer que revogava a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados, a Renca. O fim da reserva mineral, criada em 1984, no período do general João Baptista Figueiredo, fora decidido, em 23 de agosto, numa canetada presidencial.

O recuo veio após intensa pressão e campanha de um grupo que reunia entidades da área ambiental, como o Greenpeace, intelectuais, políticos e celebridades –entre as quais a supermodelo Gisele Bündchen, a quem Temer prometera numa rede social não editar o decreto.

No centro da articulação estava o movimento 342 Agora, uma parceria da empresária da área de música Paula Lavigne, 48, e do ativista Pablo Capilé, 35, um dos fundadores do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja –redes de atuação cultural e midiática ligadas a pautas de esquerda.

O 342 Agora é o nome de um site criado pela dupla para cobrar e pressionar parlamentares. O número corresponde a dois terços da Câmara dos Deputados, fração necessária para aprovar emendas constitucionais.

Adotando transitoriamente o nome de 342 Amazônia, o movimento inundou as redes sociais, levou artistas a Brasília, ecoou no Rock in Rio e conseguiu o que queria.

"A Amazônia é uma causa que une muita gente e a receptividade foi enorme", diz Lavigne. "Unir" é um dos verbos mais conjugados pela empresária, interessada numa política de causas que não se filie a este ou aquele partido. "Claro que sempre no campo progressista", ressalta.

Lavigne, casada com Caetano Veloso, tem um passado de militância em temas de seu interesse profissional, como direitos autorais. Nesta entrevista, concedida em seu apartamento no Rio, ela conta um pouco da história de seu ativismo, comenta críticas que sofre nas redes sociais e garante que não é candidata "a nada".

*

Folha – Como você começou a se engajar em ativismo político e na luta por causas?

Paula Lavigne - Eu era uma ativista e não sabia. Sempre tive essa energia pró-ativa. Comecei a atuar mais focada em política cultural. Desde a discussão da Lei do Audiovisual, eu me envolvi com esses assuntos, até que há quatro anos abrimos o Procure Saber [associação sem fins lucrativos composta por autores e artistas ligados à música] da qual sou presidente. A partir dali, eu fui aprendendo os métodos de militância, como estar presente na luta por causas e como obter resultados.

Quais foram as primeiras causas?

Quando começou a CPI do Ecad (2011) eu conheci o Pablo Capilé, do Fora do Eixo e da Mídia Ninja. Também conheci o Randolfe Rodrigues (senador da Rede Sustentabilidade pelo Amapá) e o pessoal do Grupo Pró-Música, que vinha discutindo as questões do direito autoral.

Foi quando começamos a discutir a lei para regulamentar a gestão coletiva de direitos autorais. E o resultado foi muito bom. Logo depois vieram outros casos, como a PEC da Música. Tivemos várias vitórias nesses assuntos, até que veio o golpe e tudo voltou à estaca zero.

Temer logo que assumiu anunciou a extinção do Ministério da Cultura (MinC), o que gerou forte reação do meio artístico.

Sim, e nós participamos do movimento Ocupa MinC. Fizemos uma série de shows e conseguimos nosso objetivo. Foi ali que a gente viu que poderia ter resultado atuando em questões específicas, com pessoas que lutam pela mesma causa embora pensem diferente em muitas coisas.

Você conseguiu reunir os chamados "coxinhas" e "mortadelas" em seu apartamento, o que causou estranheza em alguns. Com foi isso?

Foi na época da mobilização pela PEC das Diretas. Reunimos artistas e botamos

100 mil pessoas em Copacabana. Queríamos ter um enfoque mais amplo para atrair pessoas que estavam a fim de protestar mas não queriam necessariamente estar envolvidas com propostas mais radicais ou com partidos. Naquele momento, duas pessoas foram muito importantes na tentativa de reunir artistas que apoiaram o impeachment e artistas que foram contra o impeachment –o Wagner Moura e o Tico Santa Cruz [vocalista da banda Detonautas].

Fizemos então a reunião que a imprensa chamou de reunião de "coxinhas e mortadelas", e vimos que havia uma união em torno da ideia do Fora Temer. Mas alguns achavam que essa palavra de ordem remetia muito ao PT. Saímos então com a hashtag Temer Jamais.

Algumas pessoas que hoje se dizem de direita na verdade não são de direita, elas estão é revoltadas e deixaram de acreditar num determinado modelo de esquerda. Não estou dizendo que a direita não exista, claro, ela está aí. Mas tem gente que acha que a direita é a saída sem ter nenhuma intimidade com essas ideias. É raro você ter uma reunião na minha casa com "coxinhas e mortadelas" em que as pessoas não sejam, por exemplo, a favor da descriminalização da maconha e da descriminalização do aborto. Isso já te leva para a esquerda.

Depois de afastar a primeira denúncia, Temer lançou o decreto da Renca. Por que você decidiu entrar nessa causa?

A gente estava no pós-depressivo da derrota da primeira denúncia quando saiu o decreto. Não que agente achasse que um grupo de artistas ia conseguir fazer a denúncia passar e derrubar o Temer. A gente sabe como as coisas funcionam. Resolvemos aproveitar que já tínhamos uma mobilização e manter o movimento baseado no 342 Agora para lutar contra o decreto. A Amazônia nos deu mais certeza ainda de que o que faz a gente se unir são causas.

Na campanha contra o decreto você pela primeira vez fez uma reunião em São Paulo?

Sim, na casa da Marina Person, com pessoas que estavam com esse mesmo sentimento. Isso é um sintoma que está se manifestando em várias áreas da sociedade, por que não na classe artística? Na reunião de São Paulo tinham roteiristas, atores, jornalistas, publicitários, escritores, tinha de tudo. São Paulo é sério, no bom sentido, em termos de organização. Foi um ponto determinante na campanha do 342 Amazônia.

Você é criticada por atuar num meio restrito e tem quem ache que você está se aproveitando dessas causas e dos artistas.

Você atua numa área e nas redes sociais a pessoa vem e fala: "Ah, mas e os professores do Rio que estão sem receber?" Parece que você pode resolver todas as causas do mundo... Claro que a gente queria que fosse muito maior,

mas é uma coisa que eu faço por militância própria, nas horas que eu posso. Eu não preciso me aproveitar de nada, esse é o meu mundo, eu lido com artistas. Pelo contrário, isso me toma tempo, me toma dinheiro, energia, concentração. Não preciso me aproveitar até porque eu não tenho pretensões políticas, não tenho pretensão de me candidatar a nada.

Você tem recebido pré-candidatos à Presidência em seu apartamento para que eles falem a convidados da classe artística, intelectuais e ativistas. O 342 vai apoiar uma candidatura?

Não vejo o 342 apoiando candidato. Claro, por exemplo, que se o Bolsonaro crescer eu vou me unir a um opositor dele, seja o Lula ou quem for, embora eu pessoalmente prefira que a gente não tenha uma situação polarizada entre Lula e Bolsonaro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Reunião da ANP sobre conteúdo local ocorrerá sob ameaça de judicialização

Ao menos três associações ligadas à indústria prometem processar a ANP (Agência Nacional do Petróleo) caso discordem das decisões que a entidade venha a tomar sobre regras de conteúdo local para o setor de óleo e gás. Acontece, nesta terça (3), uma audiência sobre o tema.

Será debatida a isenção de cumprimento da obrigação de conteúdo local relativa a contratos de sete concessões e de uma rodada de partilha de produção do passado.

"Caso haja decisão da ANP ou de outro órgão no sentido de alterar o que foi pactuado anteriormente, vamos tomar providências legais", afirma Marco Pollo de Mello Lopes, do Instituto Aço Brasil.

A posição da Abimaq, de máquinas, é parecida, segundo José Velloso, presidente-executivo da entidade.

"Se a ANP mudar os contratos e ferir direitos estabelecidos e assinados entre a União e as companhias de petróleo, vamos judicializar."

"O que ouvimos nas reuniões até agora é que há intenção de que os contratos passem a ter exigência de 25% de conteúdo local. Se for isso, vamos processar", afirma Sérgio Bacci, diretor do Sinaval, sindicato dos estaleiros.

Caso consigam uma liminar, afirma, serão anos até destravar os investimentos. As instituições já têm em mãos pareceres para questionar na Justiça uma mudança.

Em Nova York para encontros com investidores, Pedro Parente, presidente da Petrobras -potencial beneficiária da mudança -afirma ter expectativa positiva. "Pior do que a discussão é haver um nível definido de conteúdo local que não satisfaz nem uma parte nem a outra, ou não tenha contrato."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NATÁLIA PORTINARI DE SÃO PAULO

Título: Prefeitura faz contrato emergencial de iluminação para driblar PPP travada

A presença de uma empresa considerada inidônea na concorrência por um edital de iluminação pública, em São Paulo, fez com que a prefeitura fechasse um novo contrato emergencial com a prestadora atual, FM Rodrigues. O contrato foi publicado neste domingo (1º) e vale pelos próximos 180 dias. A prefeitura já havia prorrogado duas vezes a licitação com a empresa, em 2013 e 2015.

A lei só permite duas prorrogações de licitações —a última venceu no fim de setembro—, mas permite contratos sem licitação em caso de "emergência ou calamidade pública". O valor do novo contrato não foi definido.

Anunciada na gestão Haddad, em 2015, a PPP estimava reduzir de R\$ 17 milhões por mês para R\$ 8,5 milhões os gastos com iluminação, com a possibilidade de as empresas vencedoras proverem wi-fi e instalarem sensores inteligentes nos postes.

O contrato, de R\$ 7,2 bilhões, duraria 20 anos. Hoje, o custo apenas para trocar as lâmpadas é de R\$ 12 milhões por mês.

Durante 2016, a PPP estava parada no TCM (Tribunal de Contas do Município), porque a FM Rodrigues, que está na disputa, questionou as garantias dadas pelo consórcio Walks, seu concorrente.

LAVA JATO

Em março deste ano, a Alumini, que até o ano passado dividia com a FM o serviço de luz na cidade, foi declarada inidônea para firmar contratos com a administração pública por ter pagado propina a funcionários da Petrobras.

O problema é que uma empresa chamada Quaatro, que detém 99,9% das ações da Alumini, concorre à PPP integrando o consórcio Walks, o que a prefeitura considera que seja uma "maquiagem" da pessoa jurídica da Alumini. O edital também proíbe participação de empresas em recuperação judicial, o que é o caso da Alumini desde 2015.

"Quaatro e Alumini possuem composição societária idênticas. As assembleias sociais são realizadas no mesmo local, as pessoas físicas presentes e praticantes dos atos são exatamente as mesmas", afirma a Secretaria dos Serviços e Obras da cidade.

O concorrente do Walks é um consórcio composto pela empresa FM Rodrigues e pela construtora Consladel.

Em maio, a FM Rodrigues pediu à Comissão Especial de Licitações da Prefeitura de São Paulo que estendesse a inidoneidade da Alumini à Quaatro, a barrando da competição, o que foi atendido.

Em seguida, em julho, o Walks entrou com uma ação no Tribunal de Justiça de São Paulo pedindo para permanecer na disputa, o que ainda está em andamento.

O consórcio Walks argumenta que, não havendo decisão contrária à sua participação, a prefeitura poderia ter aberto os envelopes da licitação. Segundo a gestão municipal, isso não é possível porque não há uma sentença determinando se a Quaatro pode ou não concorrer.

"Quando uma empresa é declarada inidônea, isso afeta os contratos futuros em todas as esferas da administração", diz o advogado Fernando Villela de Andrade Vianna, sócio do Siqueira Castro.

"Deve-se averiguar, nesse caso, se a Quaatro foi criada só para se ter um subterfúgio para infringir a lei. Caso positivo, a inidoneidade pode ser estendida a ela."

Pensada inicialmente para atrair multinacionais, a PPP perdeu o interesse da GE e da Philips em 2016, quando a prefeitura extinguiu das garantias uma conta vinculada para onde seriam destinados os recursos pagos pela população pela Cosip (contribuição para o custeio da iluminação pública). Desde 2015, a prefeitura vem trocando as 618 mil luminárias da cidade por lâmpadas de tecnologia LED, que consomem e poluem menos do que as de vapor de sódio.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Eletrobras vai abrir PDV**

O governo está fazendo de tudo para deixar a Eletrobras mais atrativa e, assim, conseguir o máximo possível com a privatização, o que agradou ao mercado. Ontem, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, anunciou que a companhia deve abrir em breve um Programa de Demissão Voluntária (PDV), com expectativa de adesão de até 2,4 mil funcionários. O governo estuda antecipar a prorrogação da Usina de Tucuruí, cuja concessão vence em 2024, para agregar valor ao Sistema Eletrobras. Com 8,3 mil megawatts (MW) de potência, Tucuruí só perde para Itaipu, que pode gerar 14 mil MW.

O PDV da Eletrobras se segue ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que recebeu a adesão de 2,1 mil pessoas, numa economia estimada em cerca de R\$ 900 milhões por ano. Com os dois planos e a privatização das distribuidoras da Eletrobras este ano, a expectativa é reduzir o quadro de pessoal, que já foi de 23 mil pessoas, para 12 mil. Ferreira afirmou que o novo programa terá como base o início da operação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que deve entrar em operação em janeiro do ano que vem. “Sabemos que temos mais pessoas do que precisaremos com base nos novos processos estabelecidos e ofereceremos isso agora para esses empregados, para que a saída ocorra a partir de janeiro, tal qual a implementação”, disse.

Para os especialistas, as duas medidas são positivas. Rafael Herzberg, sócio da Interact Energia, avaliou que tudo o que for possível fazer para reduzir o custo operacional da Eletrobras fará com que o setor privado pague mais por ela. “Vejo com bons olhos os dois esforços. No momento, o Brasil está lutando para conseguir credibilidade. Quanto antes tirar o setor elétrico das garras do poder público e da corrupção, melhor”, disse.

O presidente da CMU Comercializadora de Energia, Walter Fróes, ressaltou que Tucuruí representa praticamente 50% da geração da Eletrobras. “Mas é preciso superar o desafio da exposição do submercado. Localizada no Norte do país, a usina verte água sem gerar em alguns meses do ano porque não existem linhas de transmissão suficientes para levar a energia para o Sudeste”, disse.

A despeito dos desafios da privatização, o mercado ontem gostou das notícias. As ações preferenciais da Eletrobras subiram 4,63%, cotadas a R\$ 23,74, enquanto as ordinárias tiveram alta de 4,05%, precificadas em R\$ 20,56.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Adriana Botelho

Título: Gasolina cai a até R\$ 3,599 na cidade

As últimas quedas no preço dos combustíveis nas refinarias, promovidas pela Petrobras, começaram a surtir efeito no Distrito Federal. Ontem, nos postos da cidade, era possível encontrar gasolina a até R\$ 3,599, como na Quadra C 6, em Taguatinga. Na maioria, no entanto, o valor cobrado era de R\$ 3,84. Nos 30 estabelecimentos pesquisados pelo Correio, 24 baixaram os preços, três elevaram e três mantiveram o valor cobrado na última sexta-feira.

Ontem, a Petrobras anunciou nova redução nas refinarias a partir de hoje. A gasolina cairá 0,5% e o diesel, 1,3%. Desde que a estatal adotou a nova política de preços dos combustíveis, a gasolina acumula alta de 10,4% e o diesel, de 23%.

A informação de uma nova redução nas refinarias foi festejada pelo empreendedor Augusto Cesar Lucatelli, 32 anos, que precisa do carro para trabalhar. “Apesar de a diferença ser pequena, de centavos, acaba fazendo diferença no fim do mês”, disse.

A servidora Suely Silva, 52, é daquelas que contam os centavos. “Fico indignada quando vejo os preços da gasolina. Nos últimos tempos, os postos vinham abusando muito. Felizmente, agora, parece que as coisas estão começando a voltar ao normal. Seria bom que a gasolina retornasse para os R\$ 3, como vimos há algum tempo”, ressalta.

Esse sobe e desce dos preços, que a nova política da Petrobras acabou promovendo, com a possibilidade de ajustar valores, até diariamente, de acordo com o mercado internacional, deixa os consumidores confusos, porém mais atentos. A jornalista Raimunda de Jesus, 52, diz que procura sempre se comunicar com os amigos e com a família para saber onde consegue abastecer gastando menos. “Eu tenho dois grupos no WhatsApp e sempre sou avisada onde encontrar o menor valor. Ajuda muito”, disse.

Mas se os preços mais baixos contribuem para fechar o orçamento do mês, há inconvenientes. Para conseguir economizar, na maioria dos casos, é preciso enfrentar filas de até 20 minutos para abastecer nos postos com melhores

preços. E olha que a disputa pelo litro mais em conta não tem hora. As filas ocorrem em qualquer momento do dia.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Confira

Preços voltam a cair na maioria dos postos pesquisados

Postos Endereço 28/9 2/10

Petrobras	Eixo W 103 Norte	R\$ 4,13	R\$ 4,13
Petrobras	Eixo W 105 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,99
Petrobras	Eixo W 107 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,84
Shell	Eixo W 109 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,85
Ipiranga	Eixo W 112 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,85
Petrobras	Eixo W 113 Norte	R\$ 3,86	R\$ 3,85
Ipiranga	Eixo W 115 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,99
Petrobras	Eixo L 214 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,84
Shell	Eixo L 212 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,84
Ipiranga	Eixo L 210 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo L 208 Norte	R\$ 3,95	R\$ 3,85
Jarjour	Eixo L 206 Norte	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Ipiranga	Eixo L 204 Norte	R\$ 4,09	R\$ 3,86
Petrobras	Eixo L 203 Norte	R\$ 4,09	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo W 105 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Auto Lu's	Eixo W 107 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo W 106 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo W 113 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Shell	Eixo W 115 Sul	R\$ 3,89	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo L 214 Sul	R\$ 3,89	R\$ 3,84
Petrobras	Eixo L 212 Sul	R\$ 3,89	R\$ 3,84
Jarjour	Eixo L 210 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
PB	Eixo L 206 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Ipiranga	Eixo L 204 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,86
Petrobras	Eixo L 202 Sul	R\$ 3,86	R\$ 3,84
Petrobras	S. Hoteleiro N. 5	R\$ 3,95	R\$ 3,85
Shell	S. Hoteleiro Sul 2	R\$ 3,95	R\$ 4,19
Ale	S. Hoteleiro Sul	R\$ 3,95	R\$ 3,85
Petrobras	Quadra 2 Guará II	R\$ 3,69	R\$ 3,69
Petrobras	SGON —	R\$ 3,69	

“Apesar de a diferença ser pequena, de centavos, acaba fazendo diferença no fim do mês”

Augusto Cesar Lucatelli. Empreendedor

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Petrobras reduz endividamento**

A Petrobras anunciou ontem, por meio de comunicado ao mercado, uma série de operações financeiras, que totalizaram US\$ 6,3 bilhões. Do total, US\$ 4,17 bilhões foram em antecipação de pagamentos de empréstimos com vários bancos. Além disso, a estatal renegociou US\$ 570 milhões, conseguiu um novo financiamento de US\$ 1,13 bilhão e liquidou uma operação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o anúncio demonstra a preocupação da estatal em reduzir o seu endividamento. “Hoje, a dívida da Petrobras é de quase US\$ 90 bilhões, com juros de US\$ 7,3 bilhões por ano”, disse. As renegociações divulgadas pela petroleira, por meio de fato relevante, buscam equacionar a alavancagem da companhia, avaliou Pires. “Como a empresa tem caixa, está buscando antecipar o que pode. Isso mostra o comprometimento da diretoria em resolver as pendências”, explicou.

Nas operações de pré-pagamento de financiamento, a Petrobras antecipou a liquidação de US\$ 1 bilhão com o BNP Paribas e de US\$ 1 bilhão com o Bank of China, cujos vencimentos originais eram em 2019. Também quitou empréstimo de US\$ 666 milhões com o HSBC, que venceria no ano que vem. Em uma operação dupla com o Bank of America, realizou um pré-pagamento de US\$ 1,5 bilhão de financiamentos que venceriam em 2018 e 2019, e contratou um novo empréstimo, de US\$ 1,125 bilhão, com vencimentos em 2022 e 2023.

Continuidade

A petroleira anunciou, ainda, uma renegociação com o Banco Mizuho, de US\$ 570 milhões, alongando os prazos de vencimento de 2018 e 2019 para 2021 e 2022. Adicionalmente, a estatal liquidou operação de financiamento com o BNDES no valor de R\$ 1,4 bilhão referente à unidade de fertilizantes nitrogenados III. Além disso, a empresa se comprometeu a dar continuidade a possíveis antecipações. “A Petrobras continuará avaliando novas oportunidades de pré-pagamento e de novos financiamentos, de acordo com a sua estratégia de gerenciamento de passivos, que visa à melhora do perfil de amortização”, disse a estatal, em nota. (SK)

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Planejamento vai liberar cerca de R\$ 10 bi a ministérios**

O Ministério do Planejamento publicará hoje portaria direcionando cerca de R\$ 10 bilhões dos R\$ 12,8 bilhões de recursos orçamentários liberados na semana passada. A autorização será feita para diferentes programas dos ministérios, o que dará menos flexibilidade para as pastas executarem os recursos autorizados, segundo uma fonte explicou ao **Valor**.

Todos os ministérios devem ser contemplados, sendo que a Saúde terá à disposição R\$ 1,1 bilhão a mais, montante necessário para cumprir o mínimo constitucional. Educação vai ter cerca de R\$ 550 milhões. Programas na área de segurança aeroespacial, fundo penitenciário, carros-pipa, pagamentos ao Serpro, entre outros serão beneficiados com mais recursos.

A sistemática de liberação dessa vez está sendo diferente de outras ocasiões, quando os limites globais de cada ministério eram alterados. Agora, o Planejamento ampliou uma "reserva" e, a partir dela, faz as autorizações de gastos para cada programa. A estratégia visa evitar episódios como a paralisação na emissão de passaportes.

A liberação do orçamento só foi possível graças à mudança na meta fiscal e à realização dos leilões da Cemig e de blocos de petróleo, no mês passado. Existe ainda a possibilidade de liberações adicionais de recursos, dado que os resultados dos leilões foram melhores que o previsto e porque o governo ainda pode conseguir até R\$ 4 bilhões a mais em precatórios;

Por outro lado, as negociações em torno do Refis podem gerar frustração grande de receitas (o Tesouro falou em R\$ 5 bilhões) e impedir ou reduzir o tamanho da eventual liberação..

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Alquéres defende forma alternativa de desestatização da Eletrobras**

Ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras durante o governo Temer e experiente personalidade do setor elétrico, José Luiz Alquéres critica a modelagem de privatização do controle da estatal elétrica em estudo pelo governo atualmente. Para ele, o processo não pode ser feito de forma

imediatista para levantar recursos ao Tesouro, e sim pensado de maneira estratégica, olhando para o futuro da companhia e para um sistema elétrico moderno e mais sustentável no longo prazo.

"A privatização não pode ser feita para arrumar trocados para o Tesouro, e sim para montar um sistema elétrico adequado para o século XXI, para uma economia de baixo carbono. Só vemos, em alguns momentos, um mar de ignorantes e lobistas, sem contar especuladores, dando as cartas, fazendo proposições", disse o executivo ao **Valor**, sem citar nomes.

O executivo, que não descarta se lançar em uma candidatura avulsa a algum cargo político no futuro, diz ser importante eliminar "as gorduras no legislativo e judiciário", para retomar o equilíbrio das contas públicas do país. Defensor de uma outra forma de privatização da Eletrobras, Alquéres entende ser necessário desestatizar a empresa, não para contribuir para o resultado fiscal, mas porque "as estatais hoje são a principal moeda de troca na alimentação dos profundos interesses patrimonialistas e fisiológicos dos políticos".

Com relação à modelagem de venda do controle da companhia, Alquéres acredita que a Eletrobras ainda não é suficientemente eficiente para ter seu controle pulverizado, como quer o governo. Em sua opinião, a estatal deveria ser dividida em duas empresas: uma que continuaria pública, administrando a hidrelétrica binacional de Itaipu, a Eletronuclear e programas setoriais, como o Luz Para Todos e o Procel, de eficiência energética; e outra que seria detentora de participações a serem vendidas. Essas participações, explicou, seriam vendidas em bloco para outros controladores privados, que teriam a obrigação de pulverizar a empresa em cerca de dez anos.

Ex-presidente da Light e da Eletrobras, Alquéres engrossa a lista de especialistas que entendem ser urgente melhorar as condições e aumentar a capacitação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para lidar com um novo agente privado de tamanho poder, como será a Eletrobras privatizada. Na última semana, a economista Elena Landau, que substituiu Alquéres na presidência do conselho da elétrica e, pouco tempo depois, deixou o cargo, já havia dito ao **Valor** sobre a necessidade de fortalecimento das agências reguladoras, diante do programa de privatização em curso pelo governo.

"Não se fala muito sobre isso. E a Aneel mal dá conta do que já devia estar fazendo hoje. Olha a incapacidade da agência para intervir na CEA [distribuidora do Amapá]", afirmou Alquéres.

Questionado sobre sua última passagem pela Eletrobras, de julho de 2016 a março de 2017, o executivo explicou que assumiu a tarefa com um único propósito: auxiliar o presidente Wilson Ferreira Jr. a implantar a política de

gestão e regularizar o arquivamento do formulário 20F, na Securities and Exchange Commission (SEC). "Feito isso, meu mandato encerrado, saí", disse, ressaltando que no período em que esteve na companhia, as ações da elétrica na bolsa triplicaram de valor. "**O ministro [Fernando Coelho Filho]** e o Wilson [Ferreira Jr], principalmente, foram os grandes responsáveis", afirmou.

Sobre a possibilidade de se lançar a algum cargo político, Alquéres respondeu que estuda a possibilidade, por causa da crise de representatividade dos políticos brasileiros. "Aceitaria [um eventual convite para se candidatar a cargo político] e estou pensando nisso, caso se materializem candidaturas avulsas. Discutir com um presidente de partido a minha eventual filiação não passa pelos meus planos."

"Não gosto deste frenesi de empresários liberais somente. Quero ver na política juristas, intelectuais, mulheres chefes de família, professores. E todos sabendo pelo menos a aritmética básica, para não distribuírem benesses com dinheiro que não existe", concluiu.

Alquéres, que trabalhou na Eletrobras entre 1972 e 1994, também presidiu o conselho da elétrica durante o governo Dilma Rousseff. Ele, no entanto, deixou o cargo na época da adesão da empresa à renovação antecipada e onerosa das concessões, pela Medida Provisória 579/2012, que cortou em R\$ 10 bilhões a receita da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cecil tem nova fábrica

A fabricante de produtos de cobre Cecil inaugura hoje uma nova fábrica em Joinville (SC) que vai aumentar em cerca de um terço a capacidade de transformação. Como a maior parte dos equipamentos foi arrendada de um cliente, a PPE, o investimento na expansão foi baixo, de apenas R\$ 3 milhões. Na prática, a operação já está rodando há quase dois meses. Miguel Carvalho, presidente da companhia, explicou que o foco é a demanda do setor elétrico, principalmente por fios. Para ele, mesmo que a recuperação da carteira de pedidos dessa área não esteja sendo tão forte, a empresa precisa se preparar para a hora da retomada. A nova unidade terá capacidade produtiva de 36 mil toneladas anuais. Atualmente, a empresa consegue processar até 100 mil toneladas por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Distribuidoras privatizadas vão exigir aportes**

As distribuidoras da Eletrobras serão vendidas a um "valor simbólico" no processo de privatização, mas os compradores terão uma obrigação de investimento para melhoria da qualidade do serviço. A informação é de Wilson Ferreira Junior, presidente da companhia, em conversa com jornalistas após participar de um painel do 18º Congresso do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Segundo Ferreira, será um valor simbólico, mas não R\$ 1,00, como informado pela imprensa na semana passada. "Será um valor ligeiramente maior", afirmou, sem dar mais detalhes.

Além disso, será definida uma nova tarifa para cada uma das distribuidoras nos seus novos contratos de concessão, considerando os esforços para reequilíbrio das empresas. A ideia é que o vencedor ofereça uma tarifa inferior à máxima estabelecida pelo governo. Vencerá o proponente que oferecer a menor tarifa.

Atualmente, as distribuidoras da Eletrobras são deficitárias, consideradas "desequilibradas" do ponto de vista econômico financeiro, de acordo com a avaliação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Por isso, dependem do recebimento de recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR).

Considerando um novo plano de negócios das empresas, resultante do processo de licitação, as tarifas dessas companhias poderão ser reduzidas no futuro, fazendo com que não dependam mais da RGR. "Mas, claro, contamos com a agressividade do novo operador, que vai melhorar a eficiência e os indicadores [de qualidade] das empresas e vai, principalmente, aportar recursos. Será algo importante nas novas companhias", disse, se referindo às distribuidoras.

Não foi estabelecido ainda qual será esse montante mínimo de investimento que cada distribuidora deverá receber, mas o leilão vai estabelecer "referências" para esses aportes dos novos concessionários. A ideia é garantir que haverá melhora na qualidade do serviço prestado.

Edital do leilão vai estabelecer referências para investimentos obrigatórios em melhorias do serviço

"Entendemos que a sistemática utilizada buscando equilíbrio econômico financeiro da concessão e tendo bid [lance] com base na potencial redução de tarifa, e o compromisso de investimento do novo dono, é muito boa", disse Ferreira.

O leilão, que deverá acontecer no primeiro trimestre do ano que vem, envolverá as distribuidoras Cepisa (PI), Ceal (AL), Eletroacre (AC), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Amazonas Energia (AM). As seis distribuidoras têm uma dívida de cerca de R\$ 7 bilhões com a Eletrobras, sem considerar as obrigações com a Petrobras, devido ao fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica.

Segundo Ferreira, uma forma de a estatal elétrica ser ressarcida será a possibilidade de manter um percentual de ações das distribuidoras, no limite máximo de 30% por empresa. "Mas precisamos ainda avaliar isso", ponderou.

Seria um modelo semelhante ao da Cemar, distribuidora do Maranhão, que foi comprada pela Equatorial Energia em 2006. A concessionária tinha uma dívida com a Eletrobras, que foi convertida em uma participação que hoje é de 33,6% do capital total da distribuidora. Desde então, devido aos investimentos feitos pela nova controladora, a fatia da estatal na empresa só se valorizou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Juliano Basile e Rodrigo Rocha | Do Rio, de Washington (EUA) e São Paulo

Título: Petrobras reduz endividamento com prazo até 2021

A Petrobras reduziu em 23%, ao longo dos últimos três meses, seu endividamento com prazo de amortização revisto para os próximos quatro anos. Em encontro com investidores em Nova York, o presidente da companhia, Pedro Parente, disse ontem que a empresa continuará monitorando oportunidades no mercado para alongamento da dívida.

Segundo dados apresentados pelo executivo, a estatal encerrou o terceiro trimestre com US\$ 44,1 bilhões de dívidas com vencimento entre 2018 e 2021. O montante é US\$ 13,4 bilhões menor que o cronograma de amortização de dívidas divulgado pela Petrobras ao fim do segundo trimestre.

"Nós vamos estar sempre preparados para bons momentos de mercado e boas oportunidades. Não tenho uma resposta se vamos ou não fazer [novas operações de alongamento da dívida]. Vamos fazer sempre que as condições de mercado forem favoráveis", disse Parente em Nova York.

A redução foi possível graças a operações de refinanciamento da dívida, para alongamento do perfil do endividamento. Parente, contudo, destacou, que a empresa só tem feito operações de reperfilamento da dívida com "custos adequados".

"Não é que se pegou tudo e jogou para daqui a dois anos. Você espalhou ao longo do tempo. Foi um trabalho bem-sucedido de reperfilamento da dívida, de alongar. E lembrando sempre que a gente só faz isso quando tem custos adequados. Não estamos pagando mais caro por isso, não", afirmou o presidente.

A Petrobras vem realizando uma série de operações de pré-pagamento, renegociação e novas contratações de financiamentos. A companhia informou que, recentemente, fechou operações de pré-pagamento de financiamentos no valor de US\$ 2,666 bilhões, com três instituições diferentes: BNP Paribas (US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2019); Bank of China (US\$ 1 bilhão, com prazo original para 2019); e HSBC (US\$ 666 milhões, com vencimento em 2018).

A estatal também fechou uma operação com o Bank of America, para pré-pagamento de US\$ 1,5 bilhão, com vencimentos originais em 2018 e 2019, e tomada de um novo financiamento no valor de US\$ 1,125 bilhão, com prazos de vencimento entre 2022 e 2023.

A Petrobras também informou a negociação para alongamento de um financiamento de US\$ 570 milhões com o Banco Mizuho, cujo vencimento original marcado para 2018 e 2019 foi postergado para 2021 e 2022. A petroleira também anunciou uma liquidação de uma operação de financiamento de R\$ 1,4 bilhão com o BNDES, vinculado à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III, cujo processo de desinvestimento foi anunciado no dia 11 de setembro. O vencimento original da dívida era 2024.

Durante apresentação feita no "Petrobras Day", na Bolsa de Valores de Nova York, a estatal reafirmou sua meta de desalavancagem para 2,5 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ao fim do próximo ano.

Parente comentou, ainda, que as chances da Petrobras de cortar os investimentos previstos para este ano, para abaixo dos US\$ 17 bilhões previstos, ficaram reduzidas depois que a companhia se comprometeu com um bônus de assinatura de R\$ 1,8 bilhão pelos blocos arrematados na 14ª Rodada.

"Eu acho que essa chance de [o investimento] ficar abaixo de US\$ 17 bilhões reduziu, inclusive por conta do leilão da semana passada", disse o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Statoil mira novas oportunidades de negócios e avança com Peregrino**

De fora da 14ª Rodada de blocos exploratórios de óleo e gás, a Statoil se concentra, neste momento, em três iniciativas que prometem reforçar sua presença no país: ao mesmo tempo em que negocia com a Petrobras parcerias em campos maduros da Bacia de Campos, a petroleira norueguesa se prepara para participar do leilão do pré-sal este mês e avança com o desenvolvimento de seu principal projeto no país hoje: o campo de Peregrino, único ativo operacional da companhia no Brasil e que vem recebendo investimentos para uma nova fase de produção.

Localizado em águas profundas da Bacia de Campos, Peregrino receberá investimentos de US\$ 3,5 bilhões numa nova fase de produção, para 2020. A fase 2 do campo ampliará sua vida útil e agregará 273 milhões de barris em reservas recuperáveis. O campo é um dos dez maiores produtores do país e está entre os 20 principais da Statoil no mundo.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a média de produção do campo no ano, até agosto, é de 67,5 mil barris diários de petróleo. O ativo é operado pela Statoil (60%), em parceria com a chinesa Sinochem (40%).

A norueguesa fechou, em setembro, a contratação da Technip / FMC para instalação e construção de um pacote de equipamentos submarinos. Esta é uma das últimas encomendas para o desenvolvimento da fase 2 de Peregrino. Os equipamentos serão produzidos no Brasil. Em meio à discussão sobre a proposta de flexibilização da política de conteúdo local, a Statoil se posiciona a favor das mudanças, que serão debatidas hoje em audiência pública na ANP.

A norueguesa defende que a indústria de bens e serviços no país tem condições de atender às petroleiras, mas que a política de nacionalização precisa ser direcionada para segmentos onde o país possui vantagens competitivas.

"Acredito que a gente vai conseguir contratar no país, além dos equipamentos submarinos, os serviços de perfuração de poços e a montagem", disse o vice-presidente de compras da Statoil, Mauro Andrade. "Defendemos o conteúdo local, mas um conteúdo local que seja competitivo. Focar onde o país tem vocação. O projeto de Peregrino comprova que o Brasil é competitivo em serviços de perfuração, subsea e integração [de módulos]", afirmou.

Andrade disse que a companhia ainda está avaliando se migrará ou não para o novo modelo de conteúdo local. A flexibilização é válida para contratos vigentes. As petroleiras terão a opção de manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao "waiver" (pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de nacionalização); ou optar pelas novas regras, com exigências menores, mas ficarem sujeitos a multas, sem possibilidade de perdão.

Além de Peregrino, a Statoil possui outros dois grandes projetos no país, ambos em fase de quantificação dos volumes das descobertas: Pão de Açúcar (Bacia de Campos) e Carcará (Santos), no pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério estável

Os preços do minério de ferro ficaram estáveis ontem no mercado à vista chinês, em semana de feriado no país - o "Dia Nacional", ou "Semana Dourada". O minério com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao ficou cotado a US\$ 62,05 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Reação das vendas de etanol fica para outubro

A recuperação do mercado doméstico de etanol vai atrasar um pouco. As vendas do biocombustível nos postos em agosto ficaram aquém do esperado, e analistas esperam que o volume só supere os marcos de 2016 neste mês, após quase dois anos de quedas nas comparações anuais.

O volume de etanol hidratado (usados diretamente nos tanques dos veículos) comercializado no país em agosto alcançou 1,166 bilhão de litros, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O resultado ficou 200 milhões de litros abaixo do total vendido pelas usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul (principal polo produtor) às distribuidoras também em agosto, de acordo com dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Essa diferença entre o que saiu das usinas e o que chegou aos tanques permaneceu com os intermediários, segundo Julio Maria Borges, diretor da JOB Economia e Planejamento. Até o início de agosto, as distribuidoras estavam com estoques mais apertados, o que as levou a incrementar as compras.

Havia uma expectativa de que as vendas de etanol hidratado aos consumidores alcançassem 1,3 bilhão de litros em agosto, já que o biocombustível havia começado a recuperar a competitividade ante a gasolina. No fim daquele mês, o produto já era mais vantajoso que o combustível fóssil em quatro Estados, após um longo período mais vantajoso apenas em São Paulo e em Minas Gerais.

Mas esse nível de vendas poderá ser alcançado apenas em outubro, segundo analistas. Em setembro, as distribuidoras já relatam um aumento das vendas de etanol da ordem de 7% a 8% em relação a agosto, segundo Martinho Ono, presidente da SCA Trading. Isso significa que o volume vendido deve ficar entre 1,25 e 1,26 bilhão de litros, ainda abaixo do volume vendido em setembro do ano passado (1,351 bilhão de litros).

Assim, as vendas ainda devem ter sido cerca de 100 milhões de litros menores que o registrado no mesmo mês do ano passado. Desde o início da safra 2017/18, em abril, as vendas de etanol hidratado já estão 1,138 bilhão de litros abaixo do total observado no mesmo período do ciclo passado.

Para Borges, "se as usinas não se atreverem a subir o preço do etanol de maneira inconsequente em outubro, é possível que a partir deste mês essa perda se reverta", afirmou. Isso só deverá acontecer, entretanto, "se as usinas respeitarem a competitividade do etanol frente a gasolina.

Ono, da SCA Trading, avalia que os preços do etanol deverão se manter competitivos na bomba até o fim do trimestre, estimulando a demanda. Atualmente, o etanol está mais vantajoso que a gasolina (abaixo de 70% do valor do combustível fóssil) em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. No Paraná, o preço médio do etanol está em 70,5% da gasolina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Bolsa tem leve alta com mercado atento à cena política

A bolsa brasileira começa cada vez mais a ponderar duas forças antagônicas. Se, de um lado, a onda compradora ainda se ancora nas expectativas positivas para a economia doméstica, a cautela dos compradores permanece, diante de um quadro político que carrega incertezas.

O resultado dessa disputa de forças deixou o Ibovespa ontem perto do zero a zero, com leve alta de 0,09%, aos 74.360 pontos, depois de atingir a mínima intradia de 73.845 pontos. O volume negociado foi de R\$ 5,3 bilhões.

Operadores reforçam que a tendência para o índice ainda é positiva, mas, com a aproximação das eleições de 2018 e com aspectos políticos ainda a resolver - como a denúncia contra o presidente Michel Temer -, além da reforma da Previdência, parte do mercado procura se manter na defensiva, reforçando ajustes de posição.

"Em dólar, a bolsa ainda tem espaço para subir bastante, mas, além do imbróglio político, as pesquisas eleitorais começaram e devem ser cada vez mais importantes daqui para frente", afirma Pablo Spyer, diretor da corretora Mirae Asset.

Pesquisa do Datafolha publicada pelo jornal "Folha de S.Paulo" deu sinais mistos ao mercado. Se, de um lado, a maioria dos brasileiros quer a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de outro o petista ainda desponta na liderança da corrida presidencial. Para o mercado, isso poderia ameaçar a agenda de reformas econômicas.

Entre os destaques de ontem, as ações da Eletrobras ganharam força durante a segunda etapa do pregão, com as ordinárias (ON) subindo 3,95%, a R\$ 20,54, enquanto as preferenciais classe B (PNB) avançaram 4,32%, a R\$ 23,67. Depois de um desempenho mais forte ao longo do dia, a ação da Vale, segundo maior volume negociado no Ibovespa, encerrou com leve alta de 0,09%, a R\$ 31,90.

No caso de Petrobras, as ações chegaram a acompanhar as fortes baixas registradas pelo petróleo no dia, mas arrefeceram o mau humor e encerraram no campo positivo. O anúncio de operações de pré-pagamento de dívidas, renegociação e novas contratações de financiamento ajuda a compor uma visão mais favorável para a companhia. A ação PN da petrolífera, maior giro financeiro do Ibovespa ontem, subiu 0,65%, a R\$ 15,40; a ON fechou em alta de 0,57%, a R\$ 15,90.

Na ponta negativa, vale destaque o desempenho de Ambev. Terceiro maior volume financeiro negociado entre os papéis do Ibovespa, a ação recuou 1,62%, para R\$ 20,70. Operadores destacam que, além da saída de estrangeiros do papel, a entrada da companhia no programa de regularização tributária do governo tem uma leitura mista. Embora do ponto de vista fiscal a renegociação de débitos seja positiva, o possível impacto disso sobre o balanço leva parte dos investidores a preferir deixar o ativo e evitar o risco.

MME / ASCOM .